



JOI

GAZETA MERCANTIL

Malan pode adotar represálias contra rebeldes

Ismar Cardona
de Brasília

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, mandou um recado direto aos governadores eleitos que estão anunciando sua disposição de não cumprirem acordos já firmados pelos seus antecessores. "Não tem nenhum sentido tal tipo de ameaça. Os governadores não podem agir como se o ano zero estivesse começando com sua posse. Existem acordos já firmados que foram assinados pelos governadores não em seu nome pessoal mas como pessoas jurídicas."



Para ilustrar o que pode acontecer com os recalcitrantes, informou — sem citar nomes — que pelo menos quatro estados tiveram seus repasses do Fundo de Participação de Estados

Ministro diz que os novos governadores não podem desrespeitar acordos firmados com a Fazenda e ameaça bloquear o Fundo de Participação dos Estados recalcitrantes

bloqueados este ano por não terem cumprido acordos assinados. Até agora, 24 estados assinaram com o Ministério da Fazenda acordos de renegociação de dívidas.

Não assinaram Amapá e Tocantins. O Distrito Federal firmou um protocolo com o Ministério da Fazenda que vem sendo cumprido até agora.

Em almoço com editores de Economia, o ministro lembrou que os governadores hoje não contam mais com bancos estaduais, que, no passado recente, agiam como se fossem bancos centrais, o que lhes permitia contrair despesas que jamais seriam pagas. Existem limites basi-

Dívida

Resultado necessário, em % do PIB

	1998	1999	2000	2001
Primário Proposto		2,60	2,80	3,00
Governo Central		1,80	2,00	2,30
Estados e Municípios		0,40	0,50	0,50
Empresas Estatais		0,40	0,30	0,20
Relação Dívida/PIB	41,9	44,9	44,8	44,4

Fonte: Ministério da Fazenda

tante rígidos para a obtenção de empréstimos por conta de antecipação de receitas. Além disso, o governo federal tem sido extremamente rígido na concessão de aval para empréstimos externos pelos governos

estaduais. "A margem de endividamento dos governadores é, portanto, bastante limitada", afirmou.

Malan revelou que está sendo discutida a possibilidade de ser renegociada a dívida mobiliária das cida-

des de São Paulo e do Rio, que respondem por entre 80% e 90% da dívida mobiliária dos municípios.

Segundo ele, não é possível explicar para americanos e europeus que os servidores públicos no Brasil se aposentam com uma remuneração 20% superior a que recebiam na ativa. O desequilíbrio do sistema público previsto para este ano, por exemplo, é cerca de quatro vezes maior do que o do INSS. Enquanto o sistema público gasta aproximadamente R\$ 40 bilhões/ano para pagar cerca de 3 milhões de servidores inativos, o INSS despende cerca de R\$ 54 bilhões em 98 com benefícios para aproximadamente 18 milhões de trabalhadores. O equivalente a cerca de 85% da folha de servidores ativos é gasto pela União

com aposentadorias e pensões.

O Secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior, José Roberto Mendonça de Barros apontou alguns dados que indicam recuperação, embora de forma modesta, da competitividade da economia. É o caso das exportações, da produção doméstica e do nível dos investimentos no País. O volume de investimentos estrangeiros diretos de novembro do ano passado até este mês foi de US\$ 24 bilhões. US\$ 12 bilhões só nos últimos três meses.

É a primeira vez, de acordo com ministro do Planejamento, Paulo Paiva, que existe um esforço organizado do governo para cortar seus gastos, aumentando a responsabilidade do legislativo na alocação dos recursos. A grande mudança é que o Orçamento a ser aprovado pelo Congresso será de fato executado. O Orçamento de 1999, garantiu o ministro, não será desequilibrado. ■